

# DESAFIOS DA INCLUSÃO RELATO DE EXPERIÊNCIA COM ALUNOS SURDOS EM UM CURSO PROFISSIONALIZANTE NO INSTITUTO FEDERAL DE SÃO PAULO – CÂMPUS CAMPOS DO JORDÃO

CUNHA, Ana Lúcia<sup>1</sup>

<sup>1</sup>Profa. Ms. Área de Turismo – Curso de Formação Inicial e Continuada - Panificação e Confeitaria do Instituto Federal de São Paulo – câmpus Campos do Jordão.

## RESUMO

O trabalho em questão é fruto de experiências a partir de um curso de Formação Inicial e Continuada (FIC) de Panificação e Confeitaria oferecido à comunidade surda e ministrado pela autora, na condição de docente do Instituto Federal de São Paulo – câmpus Campos do Jordão. Tal ação teve início há dezoito meses, e já é possível fazer um relato como registro das experiências. Compreender o processo de ensino-aprendizagem dos surdos, com seus desafios e limites, e colocar essas questões em pauta representa sempre uma possibilidade de aprendizado e aprimoramento no processo de inclusão dos alunos com surdez.

**Palavras-chave:** Ensino Profissionalizante; Educação inclusiva; Surdez; Panificação e Confeitaria.

## ABSTRACT

*The work in question is the result of experiences from a Basic and Continued Education course of Baking and Confectionery, offered to the deaf community of the region and taught by the author as a teacher at the Instituto Federal de São Paulo – câmpus Campos do Jordão. This action started eighteen months ago and it is already possible to make a report as a record of the experiences. To understand the teaching-learning process of the deaf people with challenges and limits, and to put these issues at the forefront always represents a possibility for learning and improvement in the process of inclusion of students with deafness.*

**Keywords:** Professionalizing education; Inclusive education; Deafness; Baking and Patisserie.

## OBJETIVO

Relatar uma experiência em sala de aula sobre inclusão.

## INTRODUÇÃO

Quando se reflete acerca da educação e dos direitos humanos, o alicerce para discussão deve ser a própria Constituição Brasileira, que preconiza a igualdade de direitos a todos os cidadãos. Aliada a esse documento, a Lei nº 9.394 – Diretrizes e Bases da Educação, de 20 de dezembro de 1996, também torna-se imprescindível para o debate, visto que em seu capítulo V trata sobre a Educação Especial e assegura, no Artigo 59, o direito à “educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade...” (BRASIL, 1996). Como preparar um deficiente para o mercado de trabalho, se ainda na oferta da educação básica ocorrem falhas que comprometem todo resultado posterior? Nos Institutos Federais, essa possibilidade dos Cursos de Formação Inicial e Continuada despontam como uma saída para tal lacuna por meio de cursos profissionalizantes pensados e direcionados para esse público.

Recorrer à história é a base para o entendimento dos processos sociais. Cada indivíduo possui características muito particulares que o diferenciam dos demais, e a essas diferenças são atribuídos significados com claras influências políticas, sociais e filosóficas. A principal delas provém do trabalho social ou da capacidade que cada indivíduo tem de ser produtivo e de apresentar resultados.

“A potencialidade humana para o trabalho em cada sociedade será o critério determinante para julgar se o sujeito é ‘normal’ ou ‘deficiente’ (FERNANDES, 2013, p. 36). Assim, segundo Skliar (1999), a presunção de deficiência não está no indivíduo, mas nos processos sociais, históricos, econômicos e culturais que regulam e controlam a forma como o outro é pensado.

Os conceitos se modificaram consideravelmente e, para Fernandes (2013, p. 33), é possível delimitar quatro grandes fases pelas quais a história ocorreu: “Período do extermínio, da segregação, da institucionalização e, por fim, da integração e inclusão”.

Baggio e Nova (2009) informam que, na Idade Antiga, a surdez era encarada como castigo e as pessoas deveriam ser eliminadas, sendo seu destino a morte ou o abandono. As mesmas autoras informam ainda que os surdos eram lançados ao mar, atirados dos penhascos ou abandonados nas florestas.

Dessa forma, foi construída a identidade do surdo: como alguém incapaz e rejeitado. Vale lembrar que os papéis sociais são construídos no sentido de hierarquizar os indivíduos, segundo o psicólogo González-Rey (2005).

Segundo Fernandes (2013), com o advento do Cristianismo, ocorre uma mudança no pensamento e o extermínio passa a ser questionado. No entanto, a surdez continua sendo vista como um castigo e, apesar da antiga prática ter sido abolida, surgem os asilos e abrigos dentro de uma concepção assistencialista, levando as pessoas à segregação social, ato de separação do convívio de todos aqueles que não se encaixavam nos padrões de normalidade.

O Século XVIII foi marcado pela Revolução Industrial, na Inglaterra. Neste contexto, a burguesia, ávida por lucros e produção, via nos deficientes uma mão de obra barata propiciando sua inserção no mundo do trabalho. Iniciam-se, assim, as instruções básicas de escrita, leitura e cálculos, privilegiando aqueles cuja deficiência era simples e favorecia o processo de letramento. Essas pessoas eram aproveitadas como força de trabalho, enquanto os demais continuavam segregados socialmente em espaços de confinamento.

Conforme afirma Fernandes (2013), também no século XVIII, com o Movimento Iluminista, ocorreu o chamado “modelo clínico terapêutico”, marcado pelo surgimento das “Escolas Especiais”, que promoviam a identificação entre deficiência-doença-tratamento-cura.

Foram muitos os marcos na história da educação para surdos, passando pelo abade Charles Michel de L’Épée (1712-1789), que fundou a primeira escola pública para surdos e pelo “Congresso de Milão” (1880), que impôs que as línguas de sinais fossem definitivamente banidas, forçando-se o método de oralização. No entanto, Baggio e Nova (2013) afirmam que, apesar da proibição, os surdos continuaram a usá-la até que fossem reabilitadas pelo linguista William Stokoe (1960), que contribuiu para que o surdo não fosse

mais visto como portador de patologia, mas como uma pessoa capaz de relações sociais com desenvolvimento cognitivo e afetivo. No Brasil, em 2002, é assinada a Lei 10.436 regulamentada pelo Decreto Federal nº. 5. 626/05, que reconhece a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) como língua oficial dos surdos.

Como políticas públicas, podemos citar a Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência, adotada pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 2006, assinada por 160 países e ratificada no Brasil como emenda constitucional em 2008, que gerou a publicação de um conjunto de leis que garantem o direito à educação inclusiva.

## TRABALHO DESENVOLVIDO

No primeiro projeto, foram admitidos 15 alunos surdos para início de um Curso de Formação Inicial e Continuada em Panificação e Confeitaria. Eu, como professora técnica da área, não sou habilitada em LIBRAS e fui acompanhada por outro professor que, na realidade, não é um intérprete, visto que também possui deficiência auditiva. Esse professor que me acompanhou no trabalho possui pouca audição, não sendo um “bom ouvinte” para uma tradução simultânea. Em função do seu alto grau de surdez, há o comprometimento dos sistemas e símbolos que permitem a perfeita comunicação oral em português.



**Fotografia 1.** Alunos surdos do Curso de Panificação e Confeitaria no Laboratório. Fonte: Próprio autor (2017).



**Fotografia 2.** Alunos em momento de aula no laboratório. Fonte: Próprio autor (2018).



**Fotografia 3.** Alunos surdos do Curso de Panificação e Confeitaria no Laboratório. Fonte: Próprio autor (2018).

O desconhecimento da cultura surda fez com que surgissem os primeiros obstáculos. As aulas não poderiam seguir os padrões estabelecidos, e foi nesse instante que senti a necessidade de inovar na metodologia do curso para chegar aos alunos. Eles não eram alfabetizados e, conseqüentemente, desconheciam a maioria das palavras que seriam usadas para explicar a teoria da panificação e confeitaria.

Dessa forma, a decisão estava em utilizar a internet como parceira na apresentação de figuras que ilustrassem as teorias que estavam sendo colocadas. Outra forma que apresentou excelentes resultados foi a disponibilização de matérias-primas cujos nomes eles desconheciam. Com esse material devidamente identificado, seria possível trabalhar de forma mais concreta, visto que eles poderiam pegar, cheirar e até experimentar os produtos, o que facilitaria a efetivação do conhecimento.

Quanto ao preparo, a metodologia utilizada foi a da demonstração. O professor executa, com os alunos observando e, na seqüência, os discentes replicam o processo até a devida interação do conhecimento.

Ao final, eles apresentam a produção, degustam e fazem os registros necessários para o aprendizado, conforme figura 4.

Nos cursos que foram abertos em seguida, a opção foi a de trabalhar com turmas mistas de surdos e ouvintes. Chegamos à conclusão de que a promoção da convivência social teria um efeito positivo no desenvolvimento dos educandos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desafio da inclusão não se restringe ao acesso à sala de aula. Na tentativa aleatória de incluir, incorre-se no mesmo erro que acontece no mercado de trabalho, oferecendo o mínimo. A formação integral do indivíduo perpassa o ambiente escolar, no qual ele se constitui e se prepara para a vida em sociedade e para o mundo do trabalho.

Para uma efetiva inclusão, é necessária a inversão total dos valores prevaletentes e a compreensão de que a diversidade é essencial na transformação da sociedade. Percebo que o papel social dessa

iniciativa está acima de qualquer outro valor. Cada encontro dos alunos surdos e ouvintes promove um momento de interação, de socialização, no qual o preparo dos pães fica como pano de fundo para essa ação inclusiva, como ilustra as figuras 1, 2 e 3.

Durante os encontros, é visível a boa vontade por parte dos envolvidos e os esforços empreendidos nessa interação. Percebe-se que a ausência de uma linguagem comum não impede o relacionamento, o que prevalece é o sentido de grupo em que os indivíduos equiparam-se, ajudam-se e constroem-se.

O projeto continua, já temos alunos inseridos no mercado de trabalho e, a cada turma, aumenta a lista de espera, já que só conseguimos atender 15 alunos por turma. No câmpus, há o Curso de Pedagogia e seus alunos apreciam a iniciativa e cuidam de divulgar nas redes sociais por entenderem a importância da iniciativa, conforme mostra a ilustração 1.



**Fotografia 4.** Produção dos alunos em aula de Panificação. Fonte: Próprio autor (2018).

## Ilustração 1.

Divulgação feita no Facebook por aluno do Curso de Pedagogia do IFSPCJO. Fonte: [https://www.facebook.com/pg/turismo.eventos.hospedagem.ifspcj/photos/?ref=page\\_internal](https://www.facebook.com/pg/turismo.eventos.hospedagem.ifspcj/photos/?ref=page_internal). Postada em 27/04/2018



## REFERÊNCIAS

BAGGIO, M.A.; NOVA, M.G.C. **LIBRAS**. Universidade Luterana do Brasil – ULBRA. Curitiba: Ibpex, 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei n. 9.394/96. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm). Acesso .

BAYER, E. R. **A Inclusão do Surdo no Ensino Técnico: Estudo de Caso sobre a Interação na Cena Pedagógica**. Revista Interdisciplinar de Ensino, Pesquisa e Extensão, UNICRUZ, Rio Grande do Sul. 2013. Disponível em <http://www.revistaeletronica.unicruz.edu.br/index.php/electronica/article/view/14-25>. Acesso em 18/03 às 19 h.

DIVERSA – **Educação Inclusiva na prática**. Disponível em: <http://diversa.org.br/educacao-inclusiva/por-onde-comecar/marcos-legais/convencao-sobre-os-direitos-das-pcd/como-a-convencao-impactou-a-educacao-brasileira/> Acesso em 22/04 as 12.06.

DUARTE, A.S.; HARDOIM, E.L. **Signo Ideológico: O Surdo de Aristóteles ao visual da Contemporaneidade**. Revista Diálogos. 2015. Disponível em <http://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/revdia/article/view/3369/2366>, acesso em 22/04 às 23:05h.

FERNANDES, S. **Fundamentos para educação especial**. Curitiba: Intersaberes, 2013.

HIRATA, T.C.S.; DUTRA, A.; STORTO, L.J. **Estudo de Caso: Inclusão de aluna surda no ensino profissionalizante em escola pública da cidade de Londrina**. Revista Eletrônica de *Educação*, v. 7, n. 3, p.205-225. ISSN 1982-7199. 2013. Disponível em [www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/download/499/305](http://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/download/499/305)

IBGE - **Censo demográfico 2010**. Retirado do site da SECRETARIA ESPECIAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA. Resultados preliminares da amostra – CENSO 2010. Disponível em <http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/indicadores/censo-2010> Acesso em 25/04 – 12:20 h.

LORENZI, V. M. **Desafio da Inclusão de aluno com surdez: Um estudo de caso**. XI Congresso Nacional de Educação – EDUCERE. PUC Curitiba 2013. Disponível em [educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2013/7912\\_4519.pdf](http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2013/7912_4519.pdf) Acesso em 16/03 às 23:45h.

SKLIAR, C. **A Invenção e a Exclusão da Alteridade Deficiente a partir dos significados da normalidade**. Revista Educação e Realidade. 1999. Disponível em <http://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/55373/33644> acesso em 20/04 às 21h.